



### REFORMA AGRÁRIA INTEGRAL E SOBERANIA ALIMENTAR

PERCOSUL SOCIAL E SOLIDARIO





"Este é o primeiro número da revista Vozes do Sul, que é publica pelo Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS) com a intenção de favorecer a circulação e intercâmbio de idéias, experiências e propostas de organizações sociais de países do Cone Sul, para construir à partir de uma perspectiva social e cidadã, outras visões da integração necessária de nossos povos, assim como contribuir com o debate sobre outra integração possível que contraste com o modelo imposto "de cima para baixo". Porque não haverá integração exitosa se ela não se fizer partindo do povo, com o povo para o povo.

O Programa Mercosul Social e Solidário é uma plataforma de ação integrada por 18 organizações não governamentais e mais de 300 organizações sociais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que, com o apoio e o financiamento do Comitê Católico contra a Fome e a favor do Desenvolvimento (CCFD) e da União Européia, buscam incorporar a dimensão social no processo de integração regional.

## EDITORIAL

### Reforma agraria integral para o desenvolvemento dos povos

Na atualidade é impossível abordar a Segurança Alimentar, a Reforma Agrária e os Recursos Naturais de maneira separada, no que diz respeito à suas problemáticas e possíveis soluções, estas devem ser tratadas de forma conjunta.

Durante centenas de anos, campesinos e campesinas produziram alimentos. Alimentos saudáveis para o consumo familiar e o mercado local. No entanto, nas últimas décadas mudaram os cultivos e a forma de produzi-los. O mercado e as grandes empresas produtoras de alimentos ditaram o rumo.

A desigual distribuição do recurso da terra, que historicamente têm os países da região, foi fortemente agravada nos últimos anos. São três as características comuns no Mercosul: um processo de modernização tecnológica excludente derivada das mudanças na comercialização e do agronegócio internacional que promove a concentração; a falta de políticas sustentáveis, que facilitem o acesso ao recurso da terra e também a outros recursos-chaves; e um processo de internacionalização crescente dado a abundante disponibilidade de recursos naturais a baixo custo relativo tornando-se um atrativo para os investimentos de multinacionais na região.

A segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada este ano pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) em Porto Alegre, Brasil, retoma, pressionada pelos Movimentos Sociais vinculados ao setor agrícola, o tema da Reforma Agrária como uma política indispensável, a nível global, para atacar o problema da fome e da miséria. Paralelo a isto, estudos realizados pela própria FAO dão conta de que 75% de 1,1 bilhões de pessoas que vivem em extrema pobreza no planeta pertencem às áreas rurais e dependem da água e da terra para sobreviver.

Estes dados apontam para a interrelação existente entre a necessidade de concretizar uma Reforma Agrária integral, a segurança/soberania alimentar e o manejo sustentável dos recursos naturais, já que, o agronegócio para a exportação agravam a pobreza no campo e consequentemente a dificuldade destas populações de ter acesso ao alimento.

O Comitê Internacional de Planejamento de Organizações Sociais para a Soberania Alimentar (CIP), afirma que quando uma parcela significativa de terra de qualidade for verdadeiramente distribuída a uma maioria dos pobres rurais, com políticas comerciais e econômicas favoráveis haverá uma agricultura familiar de sucesso. E quando o poder das elites rurais de monopolizar e concentrar as políticas se romper, os resultados invariavelmente serão de uma redução real e mensurável da pobreza e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, como ocorreu nos processos de Reforma Agrária no Japão, na China e em Cuba.

O avanço do monocultivo da soja e da concentração da terra vai em contramão do processo de redistribuição de terras e do incentivo a uma agricultura familiar sustentável, esta situação se dá de forma escandalosa em alguns países do Cone Sul; no Brasil, afeta a área da Amazônia e na Argentina a Região Chaqueña que representam juntas mais de 70% da superfície da América Latina e 5% da área terrestre global, 30% da água potável do planeta.

Diante disto, numerosas comunidades campesinas têm se organizado para defender modelos alternativos de vida e produção, que vão desde a propiedade coletiva da terra ao desenvolvimento de cooperativas, passando pela conservação de sementes nativas e de técnicas de cultivo que preservam o meio ambiente.

O modelo agroexportador que hoje se reivindica na região não é nem sustentável economicamente nem socialmente, nem respeita o meio ambiente portanto opor-se a ele e gerar alternativas é uma necessidade para muitos cidadãos e cidadãs que não querem uma sociedade desigual e empobrecida. Por isso, muitas organizações atuam pressionando aos governos para que assumam uma postura frente a estas práticas e para a necessária e imediata construção de políticas públicas, para o setor que proporcione um desenvolvimento sustentável, o exercício da soberania alimentar, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Os países da região não poderão sair desta problemática e enfrentar as tendências mundiais se não se têm políticas nacionais mas também políticas regionais, que respaldem às primeiras.

### eventos

### II FÓRUM SOCIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA

21, 22 e 23 de julho de 2006 Ciudad del Este, Paraguai

Pela Vida, a Soberania e a integração solidária dos Povos, contra a Militarização, o pagamento da Dívida Externa, a ALCA e os Tratados de Livre Comércio.

#### CONFERÊNCIA REGIONAL DAS AMÉRICAS 26, 27 e 28 de julho de 2006 Brasília, Brasil.

Sobre Avanços e Desafios do Plano de Ação contra o Racismo, a discriminação Racial, a Xenofobia e formas semelhantes de Intolerância.

CAMPANHA GLOBAL PELA REFORMA AGRÁRIA é uma iniciativa da FIAN e da Via Campesina, rede mundial de organizações campesinas e de trabalhadores sem terra Desde 1997, a FIAN e a Via Campesina têm encabeçado a Campanha Global para a Reforma Agrária. Organizações de campesinos e de sem terra de todo o mundo compreenden a reforma agrária como uma série de políticas que asseguram que a terra de cultivo seja distribuída aos trabalhadores sem terra e pequenos propietários de forma rápida e equitativa.

#### OFICINA TEMÁTICA

7 a 9 de setembro de 2006 Santiago, Chile

"Políticas sociais e economia solidária no Chile, com dirigentes de Organizações Sociais e convidados de ONG's e Organizações Sociais do PMSS"

### SEMINÁRIO SOBRE GÉNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

10, 11 e 12 de agosto de 2006 Santo André, Sao Paulo, Brasi

Realiza-se em conjunto com o PMSS, a Rede de Mercocidades, as Prefeituras de Santo André e Rosário.

#### SEMINÁRIO INTERNACIONAL

17 e 18 de agosto Santiago, Chile

Movimentos Sociais e a integração no cone sul da América Latina, participarão Organizações Sociais, profissionais de ONG's, acadêmicos e estudantes de ciências sociais.

#### ENCONTRO REGIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO PMSS

2 a 4 de outubro de 2006

Rosario, Argentina

Onde vão ser elaboradas propostas a serem apresentadas à instâncias de incidências nacionais e regionais. O encontro se encerrará com a apresentação de uma Declaração conjunta que contenha os fundamentos sobre a integração social, o papel e a contribuição das OS's para a democracia.

Coordenação: Áurea Olimpia Figueiredo, Corina Leguizamón.

Edição: LT de Comunicação

Colaboração: Laudiceia Araujo, Christiane Costa, Olimpia Figueiredo, Reinaldo Ledesma, Corina

Leguizamón, Carlos Montero, Quintín Riquelme, Francisca Acevedo.

**Fotografias:** Juan Britos - Plataforma Paraguay Sin Excusas, arquivo MST-Brasil, Arquivo do PATAC, ong que faz parte da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, arquivo do PMSS (Diego Barranco). **Tradução:** Olimpia Figueiredo, Corina Leguizamón.

Correção: Diego Brom.

Desenho gráfico: Sylvia Britez Garrido.

Impressão: Impressos Adilson

Contato: ltcmpy@mercosursocialsolidario.org. www.mercosursocialsolidario.org

\* "A presente publicação foi elaborada com a assistência da União Européia. O conteúdo da mesma é responsabilidade exclusiva do PMSS e em nenhum caso deve considerar-se que reflete os pontos de vista da União Européia"

Julio 2006



## A reforma agrária e sua importância

para o desenvolvimento dos povos

Por Quintín Riquelme

Sociólogo, membro do Centro de Documentação e Estudos (CDE) do

agricultura como atividade produtora de alimentos está sofrendo uma grande mudança, com a incorporação de novas tecnologias busca-se eliminar um sistema produtivo cuja finalidade última é a alimentação da população. Este sistema está sendo substituído por um novo paradigma, a agricultura como negócio, cuja meta não é a produção diversificada de alimentos e sim o comércio de certos produtos agrícolas. O novo modelo de produção, está destruindo a diversa cultura produtiva dos/as agricultores/as, incorpora as sementes geneticamente modificadas e os seletivos, pressiona pela agrotóxicos homogeneização do consumo e com ele aguça e polariza as relações entre os modelos de produção que décadas atrás eram funcionais. Se a agricultura é negócio, a alimentação da população, a terra como fator de produção e de desenvolvimento da vida comunitária dos/as agricultores/ras se tornam secundários, o que interessa é a rápida acumulação de ganhos, a geração de lucro. A destruição da natureza, dos cursos de água e da biodiversidade, pouco interessam. Este paradigma baseado na lógica neoliberal mercantiliza tudo, a terra, a áqua, as matas. as sementes, o conhecimento e inclusive a vida. Exige, além da concentração crescente de terras. de recursos, de cadeias de produção e de distribuição de alimentos e outros produtos agrícolas em mãos de um número cada vez mais reduzido de corporações1.

"A agricultura campesina e familiar, que prioriza a produção para os mercados locais e nacionais, que utiliza práticas de produção baseadas no conhecimento local e que é potencialmente mais produtiva por unidade de superfície, mais compatível com o meio ambiente e capaz de proporcionar uma vida digna às familias rurais, ao mesmo tempo que proporciona aos consumidores

- rurais e urbanos- alimentos saudáveis, acessíveis e produzidos localmente, no entanto, está sendo empurrada à extinção, pelo modelo agroexportador dominante"2.

Seu efeito imediato é o êxodo forçado e a conversão dos/as agricultores em moradores/as urbanos/as sem profissão e sem trabalho. No campo os/as jovens se transformam em semterras, lhes é negado a capacidade de trabalhar na terra e ter formas dignas de emprego e no caso das mulheres o desenvolvimento do modelo neoliberal agrava a discriminação tradicional que impede que as mulheres tenham acesso e controle sobre os recursos naturais3.

"Sem reforma agrária não há desenvolvimento" é o grito que ecoa com força no campo.

No marco desta notória realidade, a reforma agrária volta a ser uma prioridade em muitos países com alta proporção de população vivendo da agricultura. Sem reforma agrária não há desenvolvimento é a mensagem que ecoa com força no campo. A reforma agrária como estratégia de transformação e de adequação da estrutura territorial de um estado ou de uma região às necessidades da população deve ser priorizada diante do avanço do modelo agroexportador. Transformar esta estrutura

territorial hoje implica afetar os interesses políticos e econômicos de poderosos grupos nacionais e multinacionais, mas este é o desafio. Portanto, a luta por uma reforma agrária é fundamentalmente uma luta política. A concentração da propiedade territorial historicamente tem sido reconhecida como o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social dos países. Esta constatação segue sendo uma realidade em muitos de nossos países nos quais a agricultura constitue uma das principais fontes de geraçãon de emprego. No caso paraguaio mais da metade do território nacional está em poder de um pequeno grupo de propietários, dos 40.000.000 hectares de superficie total do país, 21.500.000 hectares está em poder de 3.750 explorações agropecuárias, de tal modo que uma importante maioria carece dela para produzir e reproduzir suas condições materiais de existência. A agricultura e os/as agricultores estão diante de outro desafio talvez mais dramático ainda, a substitução das sementes nativas pelas transgênicas, o que implica perder o controle sobre um recurso próprio, passar a depender do mercado e colocar em sério risco a segurança alimentar.

<sup>&</sup>quot;La reforma agraria y los recursos naturales. Una exigencia de los pueblos" - Valencia, España 2004-www.fmra.org



A segurança alimentar e nutricional são condições básicas para a sobrevivência e exercício da cidadania.

conceito de Segurança Alimentar e Nutricional diz respeito ao direito de todos/as ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. Esse acesso deve ter como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.<sup>1</sup>

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), 800 milhões de pessoas passam fome no mundo. Embora a fome seja a expressão mais aguda de insegurança alimentar, a idéia de segurança alimentar e nutricional (SAN) é mais ampla, incluindo questões relacionadas à qualidade dos alimentos, vigilância sanitária, forma de produção dos alimentos, preço, dificuldades de acesso, padrões de consumo, obesidade e educação alimentar.

O direito à alimentação começa pela luta contra a fome, ou seja, pela garantia de que todo ser humano tenha acesso a alimento todos os dias. O tema da alimentação envolve, porém, várias outras questões. Quando comemos, não só satisfazemos nossas necessidades nutricionais, como também nos constituímos biologicamente, de acordo com nossa cultura e religião, com a região do mundo em que vivemos, com nossa idade, meio e classe social. A segurança alimentar e nutricional devem, assim, ser consideradas numa ampla perspectiva, de democracia e diversidade.

Segurança alimentar e nutricional são condições básicas para sobrevivência e exercício da cidadania. A alimentação é um dos direitos humanos fundamentais da humanidade, assim como educação, trabalho, saúde e moradia. O direito à alimentação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

E é com o fim de garantir este direito no Brasil que foi criada e esta em tramitação a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), vão integrar o Sisan (Sistema Segurança Alimentar e Nutricional) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

As duas instâncias atuarão de forma conjunta definindo as políticas de segurança alimentar, a serem implementadas e acompanhadas pelo Sisan. O CONSEA, que será transformado em órgão

### Segurança Alimentar,

um direito de todos e todas

POR CHRISTIANE COSTA Socióloga, coordenadora da área de segurança alimentar e nutricional do Instituto Pólis.



permanente da Presidência da República, também será responsável pela organização periódica de uma conferência nacional que vai estabelecer as grandes diretrizes nacionais sobre o combate à fome e o acesso à alimentação. Pretende garantir o apoio do Estado na produção, comercialização e abastecimento de alimentos, a utilização sustentável dos recursos naturais, a promoção de práticas de boa alimentação por meio de programas educacionais, a distribuição de água e alimentos em situações de crise, a garantia da qualidade biológica e nutricional dos gêneros alimentícios.

O projeto estabelece ainda que o direito à alimentação requer a soberania alimentar do País e que a prioridade das ações públicas será para a agroindústria brasileira, com base na cultura alimentar do país. O objetivo é preservar os hábitos da população da influência de outros países.

Essa definição faz parte do documento brasileiro na Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1996, confirmado recentemente pelos participantes da Il Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que aconteceu em Olinda, Pernambuco, Brasil.

## Reforma agrária no Mercosul

Quando menos se espera... chegam. Nem sequer estão convidados e já estão excluídos da nova mesa. ... resurgem ... em levantes incessantes de resistência, com suas revoltas e movimentos para perssistir transformando<sup>1</sup>.

Por Reinaldo Ledesma Sociólogo, integrante da CENEPP, Associação para a Promoção de Desenvolvimento Rural de Santiago del Estero. Argentina.

necessário esclarecer a quê estamos nos referindo quando falamos de reforma agrária. O século XX deu lugar a um processo na América Latina, conhecido sob o nome de reforma agrária, não uniforme, particularizado em diversos contextos e posicionamentos político-ideológicos, referenciados em comun por ter gerado políticas estatais destinadas à redistribuição de terras concentradas em latifúndios que foram conformando-se, desde o século XVI, como consequência necessária da imposição do modelo capitalista. Neste sentido, tal como o indicara Plínio Sampaio<sup>2</sup>, podemos identificar pelo menos três grandes blocos de países latinoamericanos onde se tem realizado processos de reforma agrária: os originados em revoluções agrárias (México e Bolívia); os que conseguiram modificar substancialmente a concentração da propiedade mediante a distribuição de terra a campesinos (Chile, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Peru) e; aqueles onde se praticou uma reforma agrária superficial, impulsionada desde os Estados Unidos pela denominada "Aliança para o Progresso", com a única finalidade de evitar que se propague no resto da América Latina o que já havia se iniciado com a revolução cubana (Brasil, Paraguai, República Dominicana, Venezuela, Honduras, Equador e Colômbia). No entanto, continuando com a análise de Sampaio, todos estes países têm em comum que, para além do grau de

profundidade que alcançou o processo, não se conseguiu ou pretendeu modificar o caráter capitalista da economia, retrocendendo na maioria dos casos a situação do campesinato a situações prévias à da pretendida reforma. Por esta mesma razão não se inclui em nenhum dos três blocos a experiência da reforma agrária cubana, realizada no marco de uma revolução socialista.

Hoje, quando falamos de reforma agrária, já não estamos nos referindo somente à ação institucional do estado orientada para a redistribuição de terras, e sim, a um processo muito mais amplo onde os principais atores já não são governos e sim movimentos e organizações campesinas e indígenas que assumen a reforma agrária como uma construção coletiva cotidiana e marcada na luta pela soberania alimentar. Ou seja, a defesa do direito dos povos a definir suas políticas agrícolas e alimentares; a priorização da produção agrícola local para proporcionar uma alimentação de qualidade; acesso dos/as campesinos/as, sem terra à terra, à semente, água e créditos, e preços que cubram os custos de produção; e, o direito de agricultores/as a produzir alimentos o direito dos consumidores de poder decidir o quê consumen e como foi produzido3. Assim, por exemplo, Stédile4 expressa em sua análise da Cojuntura Internacional da Agricultura que "Atualmente, uma reforma agrária precisa distribuir a terra, instalar

agroindústrias sob a forma de cooperativas, defender a soberania alimentar do nosso povo, defender o direito de produzir com nossas próprias sementes, desenvolver novas técnicas agrícolas adequadas de acordo à economia campesina e ao equilíbrio do meio ambiente, desenvolver novas formas sociais de produção na agricultura, e juntar necessariamente com a democracia da educação, da escola no meio rural".

A partir desta visão historicamente redefinida do que entendemos por reforma agrária como resultado da práxis transformadora de campesinos e indígenas organizados na luta por seus direitos, esta adiquire as características de: transformar-se em um objetivo de luta não exclusivo de setores sociais rurais; uma maior tomada de consciência do político e da necessidade de "ampliar o âmbito da luta pela terra e transformá-lo em uma luta pela transformação não só do modelo agrícola mas também do próprio modelo econômico dos países do continente" (Sampaio); a reivindicação de um



- <sup>1</sup> Luciano Concheiro Bórquez e Sergio Grajales Ventura.
- <sup>2</sup> Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agraria.
- Plataforma da Via Campesina Internacional. IV Conferência Internacional.
- João Pedro Stédile. MST. Brasil.



direito que vai mais além da terra e se expressa na concepção de territorialidade; e, a convicção de que não haverá reforma agrária genuína, nem desenvolvimento integral sustentável, nem garantias de soberanía alimentar dentro do sistema capitalista (sob qualquer uma de suas expressões históricas).

Observar e analizar hoje a reforma agrária nos países que integram o espaço do Mercosul Social e Solidário é assumir a diversidade deste processo histórico, contextualizdo-o no novo cenário político latinoamericano e, iluminando-o a partir do paradigma integrador da soberania alimentar. Assim, nos encontramos com países como Chile que, entre 1965 e 1973, impulsionou uma reforma agrária que modificou significativamente a estrutura da posse da terra; outros como Brasil e Paraguai onde a reforma só tocou alguns pontos, muitos deles superficiais, sem alterar aspectos estructurais e; países como Argentina e Uruguai onde nunca chegou a materializar-se. Por outra lado, a região não é alheia à incidência de processos políticos que atualmente estão se realizando tanto na República Bolivariana da Venezuela como na Bolívia e que obriga ao restante dos governos a tomar um posicionamento visibilizado em um

Assume-se a Reforma Agrária como uma construção coletiva e cotidiana

discurso de centro-esquerda (o qual muitas vezes não vai além do simples discurso). A isto se soma a luta de movimentos sociais contra a globalização neoliberal capitalista, expressada no Fórum Social Mundial e a defesa dos recursos naturais e do meio ambiente.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em seus assentamentos de reforma agrária, esta desenvolvendo um "modelo agrícola campesino" -em oposição ao modelo do agronegócio - construído desde uma lógica distinta à da acumulação de capital e orientado à satisfação das necessidades alimentares e dignificação da vida das famílias dos agricultores, preservando o meio ambiente; ao mesmo tempo em que se produzem alimentos de qualidade e a preços acessíveis para o mercado interno. Neste mesmo projeto coletivo de construção da reforma agrária está o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Hoje, a Argentina, ainda que a reforma agrária não esteja na agenda política do governo kirchnerista, se instalou como uma bandeira que não só canaliza e orienta a luta pelo direito à terra de comunidades campesinas e indígenas como, aliás, possibilitou afiançar processos de articulação que permitiram o surgimento de espaços políticos organizativos nacionais, tal como o Movimento Nacional Campesino e Indígena (MNCI).

São estes movimentos os que estão instalando na sociedade o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária para freiar e reverter o dano que tem causado aos povos e ao meio ambiente um modelo, hoje vigente, de agricultura de grande escala, com uma inversão intensiva de capital, orientada exclusivamente ao mercado externo e que, não só gerou latifúndios e destruição da natureza, mas também, fome, indigência, desemprego, marginalização, exploração e desaparição de populações rurais. A mesma diversidade de movimentos e organizações, que reflete uma pluralidade de identidades sociais e culturais, nos indica que um projeto de reforma agrária deve ter a capacidade de adaptar-se à particularidade de cada região e não ser pensado como um programa de homogeneização, unívoco, redatado por tecnocratas desde o escritório de alguma consultora financiada pelo Banco Mundial.

Nossa memória histórica sobre as diferentes experiências de reforma agrária que tem se realizado na América Latina deve estar presente também como um eixo orientador. Radovic5, retomando esta memória histórica da reforma chilena nos sinaliza sobre a importância primordial de que todo caminho de reforma agraria se sustente e acompanhe em uma maior tomada de consciência do campesinato: "No Chile a reforma agrária não nasceu do movimento campesino. Nos encontrávamos com campesinos lhes falávamos de Reforma Agraria e não sabiam o que era".

É importante levar em consideração que em países com economias fortemente centradas no modelo de agronegócios impulsionado por empresas transnacionais cujo único objetivo é a acumulação de capital e, onde a terra (como o resto dos recursos naturais) ocupa neste esquema um lugar de simples mercadoria sem função social alguma, cujas práticas se encontram majoritariamente legitimadas por governos que respondem a estes mesmos interesses; a luta pela reforma agrária só pode expressar-se desde o conflito. Conflito que na região se manifesta em: assassinatos de líderes campesinos e indígenas, perseguição, prisão, presença de grupos paramilitares (mercenários de proprietários e empresários) com a função de aterrorizar e perseguir, ou simplesmente assassinar campesinos/as, despejos forçados de famílias campesinas (munidos com ordens judiciais), tratores que arrasan com matas, moradias, cultivos e vidas. Mas também conflito que move a resistência, ao fortalecimento da auto-estima, a uma maior consciência política e nivel de organização.

No Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tinha registrados até o ano passado, para os últimos dez anos, mais de 8.000 conflitos violentos que incluem quase 400 assassinatos. No Paraguai, a luta pela reforma agrária da Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Campesinas e a Federação Nacional Campesina se expressa em mobilizações, ocupações de terra e bloqueio de estradas. Na Argentina, a febre neoliberal dos anos 90 expulsou mais de 200 mil famílias de suas terras; aqui, o monocultivo de soja tem destruído enormes superfícies de matas e liquidado outras atividades agropecuárias de valor local como a ordenha, a fruticultura, o trigo e o milho tão importantes nos processos que garantem alimentos disponíveis e baratos no âmbito local. O modelo tecnológico dos agronegócios se baseia em grandes extensões de terras sem gente, desertos verdes onde empresas de sementes, farmacêuticas e de agrotóxicos desencadeiam a dependência econômica dos agricultores, controlando tanto os suportes produtivos como o fornecimento de insumos e a compra de produtos, uniformizando qualidades e a cultura produtiva, convertendo a agricultura em uma indústria onde não há comida nem trabalho<sup>6</sup>. No Chile, a prisão política de dirigentes mapuches reflete esta mesma realidade de luta.







Finalmente, tal como o expressa a Plataforma da Via Campesina, "A terra é um bem da natureza que deve servir em primeiro lugar para atender a vida e beneficiar a toda a sociedade. Por isso defendemos a democratização de sua posse e uso. Somos contra a concentração da propiedade da terra e de seu uso para explorar a outras pessoas ou outros povos. Defendemos uma reforma agrária que garanta a todos o direito de trabalhar na terra e que democratize sua propiedade, priorizando as formas familiares, sociais e cooperativas. Defendemos o direito dos campesinos a organizarse nas formas mais diferentes em suas comunidades e lugares onde habitam."■

### A mulher ocupa um lugar fundamental no meio rural

É neste cenário de conflito onde a visão do território e os direitos territoriais alcançam uma nova dimensão. A luta pela terra e a resistência se encontram na luta das comunidades campesinas e indígenas pelo controle de seus territórios. Só a partir da concepção de territorialidade, e control territorial, se pode garantir uma reforma agrária que sustente um desenvolvimento integral e sustentável.

A progressiva perda de controle de povos originários e comunidades campesinas sobre seus territórios ao longo de quase cinco séculos de hegemonia capitalista também foi integral, lhes arrebataram o controle sobre a terra, os recursos naturais, a educação, a saúde, a alimentação, a cultura, a produção e a autonomia política7. E a partir desta situação, o conflito pelo controle territorial entre atores antagônicos, que respondem a interesses opostos, se coloca em uma variedade de cenários onde o Estado não representa um papel passivo, nem arbitral, nem imparcial.

É importante percorrer estas experiências de luta pela reforma agrária em países do Mercosul a dupla luta que tem libertado e continua libertando as mulheres, em sua condição histórica duplamente explorada e oprimida na relação com o homem. A luta pelos direitos da mulher campesina não só se dá frente a quem condena por igual homens e mulheres do campo à marginalização e exclusão, mas se extende -e em muitos casos se inicia- até o interior das mesmas famílias campesinas e, inclusive, de suas organizações.

A mulher ocupa um lugar fundamental no meio rural; "têm uma tradição longa de recolher, escolher e propagar variedades de sementes para usos alimentícios e medicinais. São as protetoras primárias dos recursos genéticos no mundo e a

- Ivan Radovic. Executor da Reforma Agrária no Chile (1965 e 1973) Nossa Visão da Reforma Agrária. MNCI. Argentina.
- Víctor M. Toledo. Investigador do Centro de Ecología de la UNAM.
- Francisca Rodriguez, Anamuri. Chile





**Organizações Campesinas:** 

### e produtores/as consumidores/as

As organizações sociais que trabalham no Chile, no âmbito agrário e dos recursos naturais acreditam firmemente na importância da agricultura campesina e indígena. As comunidades rurais dão uma contribuição à vida nacional a partir de sua própria cultura, saberes e visões de mundo. A soberania alimentar, então é um direito dos povos a se organizarem soberanamente para alimentar-se e alimentar a sua comunidade, resguardando a biodiversidade e o fortalecimento da identidade cultural e territorial de cada povo.

> Por Francisca Acevedo Jornalista da ONG ECO e da LT Comunicação do Chile.

os últimos anos têm ressurgido mais organizações de trabalhadores/as rurais e comitês campesinos sem terra. Sempre existiram, mas sem dúvida nos últimos anos tem-se fortalecido e começam a se articular. Sua principal temática segue sendo os temas pertinentes da reforma agrária, já que consideram que no Chile é um processo inconcluso, dado que suas transformações tiveram um tempo muito curto para instalar-se e suas idéias não se concretizaram, como nos explica Francisca Rodriguez1 da Organização ANAMURI. A partir desta ótica nos assegura que na América Latina não existe nenhum país com reformas agrárias verdadeiras e profundas, só Cuba pode falar de soberania alimentar.

O parágrafo anterior possui explicação clara para esta dirigente, já que dado o curto período em que a reforma agrária foi um processo exitoso, no que diz respeito ao alcance nas transformações das políticas agrárias no Chile. "Nós fomos autosuficientes na produção de trigo, chegamos a ter uma das bibliotecas e pesquisas mais importantes sobre o açúcar de beterraba, tínhamos uma empresa de sementes importantíssima, ou seja, uma seleção de sementes apropriadas para a reprodução campesina", explica Francisca Rodriguez. Esta etapa da reforma agrária permitiu a dignificação do campesinato, do trabalho em relação à terra, uma forma de vida diferente, onde participam todos/as da família. Porque dessa maneira termina a relação de inquilino, em que tanto as mulheres como as crianças tinham "esta obrigação", ou seja, o valor que um agricultor entregava para instalar sua casa e horta, tinha que ser pago com o trabalho de sua mulher e filhos/as, por obrigação. Então o campesinato valia se tinha uma mulher jovem e forte, ou muitas crianças para entregar mão de obra gratuita para recompensar a terra entregue por um bom patrão.

### A ditadura do Pinochet interrompeu o processo da Reforma Agrária no Chile

Este processo teve seus efeitos, isso está claro e foi um dos pontos mais atacados pela oposição ao governo de Salvador Allende, liderada pela direita conservadora, e o que mais doeu desde o ponto de vista dos interesses da grande burguesia nacional. O já exposto fica reafirmado quando a ditadura de Augusto Pinochet assumiu o poder do estado, uma das primeiras medidas que tomou foi a desabilitação da lei da reforma agrária. A isso se soma o decreto 208, este permitia expulsar do campo todos/as os/ as trabalhadores/as que tinham participado do processo de reforma agrária, seja como dirigente, ou em ações de abastecimento, em sindicatos ou em organizações populares. Deste modo foram erradicados muitas famílias de agricultores/as, e surgiram as primeiras vilas nas ladeiras dos rios para garantir o seu sustento da água doce. Neste período começa o cultivo de frutas que hoje conhecemos como exitosas, mas que se idealizaram no governo popular de Salvador Allende.

Durante a luta na ditadura "sustentávamos que a reforma agrária era um processo inconcluso", sinala a integrante da ANAMURI, e continua "hoje ainda o é, porque não chegou ao término, que ainda não se consolidou uma produção campesina, nem tão pouco um desenvolvimento rural, nem uma projeção dos povos do campo". O esperável para as organizações campesinas era que existisse a interrelação entre o campo como abastecedor e a cidade como consumidora. Isto é o que permitiria potencializar a cultura alimentar e garantiria uma soberania alimentar para o país.

Assim nos encontramos hoje, com um país que não fala de reforma agrária, porque suas políticas resguardam o livre mercado e o neoliberalismo instaurado. O Chile possui produção de matérias primas, mas não produz os alimentos que necessita, mesmo tendo as condições territoriais e conhecimentos para fazê-lo. Desta maneira passamos de um país soberano, a um país dependente. "O Chile alimentarmente é uma país dependente" ANAMURI.■

1 Diretora de Relacões Internacionais, ANAMURI é a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas, organização com representação a nível nacional, integrada por mulheres, artesãs, pescadoras, coletoras agrícolas, produtoras, professoras rurais, agricultoras tradicionais e mulheres organizadas dos povos Aymara, Quechua, Licarantay, Coya, Diaguta, Mapuche e Huilliche.



### As mulheres participam ativamente

"A luta pela terra é uma luta conjunta que começa na família"





departamento que está localizado ao sul do

Coordinadoria Nacional de Mulheres

Trabalhadoras Rurais e Indígenas (Conamuri). Já

Julia Franco se iniciou no final dos anos noventa,

no departamento de Itapúa, também ao Sul do

Paraguai; ela começa sua luta com a CONAMURI,

onde hoje desempenha a função Secretária de



agui Balbuena e Júlia Franco "As mulheres cumprem um papel muito importante são duas lutadoras que fazem parte da porque elas compreendem e analisam que a falta de Coordenadoria de Organizações de Mulheres terra é um problema que a elas também afeta Rurais e Indígenas (Conamuri). Magui Balbuena profundamente, enquanto pessoas e enquanto começou militando na Juventude Agrária Católica famílias. Ao dar-se conta disso, as mulheres têm se em 1971, qando tinha 21 anos, em Misiones, incorporado nas lutas. Cada vez mais e com maior

território paraguaio. Nesse tempo a luta era contra luta, dentro das organizações, afirma Magui Balbuena. a ditadura e pela organização dos campesinos. Sua incursão nesta organização a levou ao exílio, de Há uma proposta a partir das mulheres onde não perdeu contato com as bases e continuou para uma Reforma Agrária Integral? trabalhando. Tempos depois de voltar, em 1980 Nós na organização reivindicamos o papel de fundou com outros companheiros o Movimento produtoras, estamos produzindo, estamos Campesino Paraguaio (MCP), logo em 1985 a contribuindo e exigimos que isso seja valorizado e Coordenadoria de Mulheres Campesinas do Paraguai que posteriormente funda a

força, a mulher campesina vai se envolvendo nesta

incorporado dentro de um programa de desenvolvimento, disse Julia. "Queremos ser visibilizadas e protagonistas, que nossas reivindicações e contribuições sejam levadas em consideração. O que buscamos é a incorporação efetiva das mulheres, tanto na organização como no modelo de desenvolvimento" destaca Magui. A proposta e o projeto do Banco Mundial e do governo nacional se baseia exclusivamente na mera distribuição da terra, para nós não termina com isso; vemos que a RA tem que ser integral, deve incluir a saúde, a educação e todas as necessidades básicas como a eletrificação e água potável em uma proposta que nos envolva a todos, explica nossa entrevistada. Se a mulher não é incorporada ao processo de educação, é muito difícil que possamos avançar em um processo onde as mulheres sejam verdadeiramente partícipes e protagonistas do modelo de

Conversamos com estas duas mulheres que têm transitado um longo trajeto reivindicando o protagonismo da presença ativa da mulher na luta pelo acesso à terra. Elas nos falam de suas andanças, suas conquistas, seus sonhos e o que resta por conquistar; assim como da importância de uma integração regional para facer mais forte e sólido o trabalho de defender e

exigir o direito à terra.

Relações.

#### Como as mulheres se incorporam à luta pelo acesso à terra?

No Paraguai não existen organizações exclusivamente de mulheres que reclaman terra. A luta pela terra é uma luta conjunta que começa Quais são os avançes mais significativos da luta campesina e das organizações de

desenvolvimento, assinala nossa entrevistada

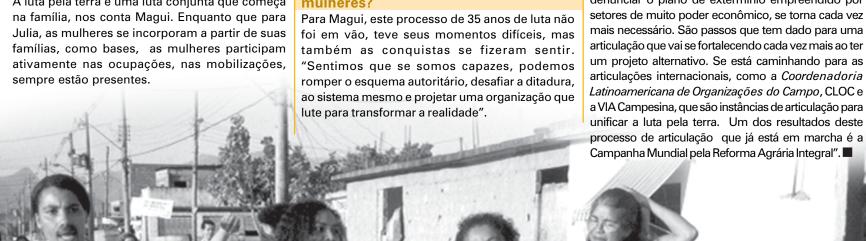
Magui Balbuena.

Também acrescenta Julia, pontualizando as conquistas da organização a que pertencem ambas. "No que se refere à Conamuri, a primeira conquista é que as autoridades nacionais nos reconhecem como organização interlocutora da sociedade. Pela primeira vez, nossa organização ajudou a campesinos e indígenas, dos setores de nossa sociedade que sempre tinham se olhado como inimigos a sentarem-se numa mesma mesa para falar sobre uma problemática que afeta a ambos. Não podemos esquecer que nos animamos como organização de mulheres a denunciar o Estado Paraguaio, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a morte de uma criança por intoxicação por agrotóxicos, para nós isso é histórico, é um esforço que fazemos por instalar uma preocupação, um debate a nivel nacional um tema que por muito tempo esteve escondido, afetando muitas pessoas. Enfim, todo este caminho nos permitiu posicionar-nos como organização de mulheres a nivel nacional e internacional".

### A articulação regional dos movimentos que lutam pelo acesso à terra

Por último falamos da importância de uma articulação regional dos movimentos campesinos e dos que lutam pelo acesso à terra. Magui afirma que é cada vez mais necessário continuar com a articulação, que se iniciou há alguns anos, para fazer frente ao modelo neoliberal que só beneficia às grandes multinacionais. "A luta pela Reforma Agrária Integral e pela terra é uma luta de séculos buscando outra alternativa de vida. Quando essa possibilidade de viver no campo levando uma vida digna, se torna cada vez mais difícil.

"Daí que a luta e a unidade para construir alianças e buscar alternativas junto aos organismos multilaterais e denunciar o plano de extermínio empreendido por





### Vanderlei Martini faz parte da coordenação nacional do MST. Nasceu em

03/05/1977 no município de Nonoai, no Rio Grande do Sul, Brasil. Entrou para o MST em 1998. É assentado no assentamento Carlos Mariguela em Santa Maria n Rio Grande do Sul. Desde 17/07/1999, atua no estado de Minas Gerais.

Em que aspecto o modelo de Reforma Agrária que o MST defende difere de outros movimentos organizados do campo?

Se olharmos para as organizações que fazem parte da Via Campesina não temos diferenças de projetos. Lutamos contra os mesmos inimigos, defendemos a resistência organizada dos camponeses e um modelo de agricultura sustentável, que garanta a soberania alimentar e o desenvolvimento regional dos povos. No entanto, se olharmos para outras organizações que atuam no campo, poderíamos citar inúmeros aspectos que diferem da Via Campesina e do MST. Vou apresentar apenas em quatro elementos mais tangíveis. Em primeiro lugar, diz respeito à forma de organização das famílias beneficiarias da Reforma Agrária, que devem ter autonomia e organicidade interna para resolverem os seus problemas. Em segundo lugar, a nossa forma estrutural da organização não tem presidentes. Funciona de forma horizontal, quebrando com isso a estrutura arcaica da maioria dos sindicatos e partidos políticos, que utilizam outros movimentos como simples "correio de isso, precisamos desapropriar em grande escala as terras dos latifundiários, que em 500 anos de história têm sido sinônimo de fome, miséria, violência e exclusão social. Por fim, acreditamos que a Reforma Agrária só virá com a organização e luta de todos/as os/as trabalhadores/as Sem terra, em conjunto com

os trabalhadores urbanos e com a sociedade brasileira. Portanto, é necessário que o movimento mantenha sua autonomia e continue cumprindo seu papel de movimento social, que é pressionar o governo e o Estado brasileiro para cumprir a Constituição de 1988 e fazer a Reforma Agrária.

O MST têm como função histórica conscientizar e organizar os pobres do campo, para que lutem por seus direitos. Depois de mais de 20 anos de fundação do movimento você poderia fazer um balanço de suas principais conquistas no Brasil?

São inúmeras as conquistas que poderíamos apresentar nestes 22 anos de história. Destacarei apenas algumas que considero mais importantes. Atualmente, estamos com mais de 350 mil famílias assentadas, que somam aproximadamente dois milhões de pessoas. São homens, mulheres e transmissão". O terceiro aspecto está relacionado crianças do MST que hoje vivem em condições ao caráter da distribuição de terra. Defendemos que melhores, com mais dignidade do que antes, a Reforma Agrária deve ser ampla e massiva e, com quando enfrentavam acampamentos na beira da estrada e o sofrimento debaixo da lona preta. Em nossos assentamentos, somamos mais de sete milhões de hectares de terras conquistadas e livre das cercas, da monocultura e dos fungicidas e agrotóxicos. Em nossos assentamentos, todas as famílias têm uma casa para morar, trabalho o ano

inteiro, alimentação três vezes ao dia. Todas as nossas crianças estão na escola. Esses elementos ainda são problemas da maioria da população brasileira. De um jeito simples e barato, estamos resolvendo cada um deles em nossos assentamentos. As famílias do MST tiveram também conquistas com as parcerias com universidades públicas, que já somam mais de 50 espalhadas pelo Brasil. Isso garante educação de qualidade, que ajudam para aumentar a visão de mundo e a organização dos trabalhadores Sem Terra.

No contexto da Reforma Agrária para o MST qual é o papel das Mulheres na luta por uma RA Integral e a melhoria da qualidade de vida no campo?

Historicamente, o machismo e o preconceito racial têm dominado culturalmente a sociedade brasileira. A discriminação sempre esteve a serviço da manutenção da exploração, da desigualdade



### "As mulheres e as crianças são os mais excluídos na nossa sociedade"

social e da miséria da maioria da população no sistema capitalista no Brasil. O MST tem desenvolvido intensamente o debate com os camponeses para melhorar a participação das mulheres nas instâncias do movimento e nas lutas de maneira geral. Podemos dizer com orgulho que por meio das discussões e da vivência, crescemos no entendimento da necessidade e importância da participação da mulher em nossa organização, do desenvolvimento dessas relações humanas e cidadãs, na sua igualdade em diversidade com o homem. Porém, ainda temos um grande desafio interno: não somos uma ilha isolada da sociedade e sofremos influências. Por isso, a sociedade brasileira precisa tem o desafio maior de construir uma nova sociedade com novos valores. Reconhecemos no Programa Agrário do MST e nas linhas gerais do movimento que mulheres e crianças são as mais excluídas da sociedade, pois são a maioria entre os pobres e as principais vitimas de todas as formas de violências. Além disso, sofrem com a falta de políticas públicas em diversas áreas sociais, como saúde, moradia e educação. A Reforma Agrária que queremos somente será conquistada com a participação em condição de igualdade das mulheres e homens. Precisamos desenvolver novos valores no campo e na cidade para que as mulheres possam juntamente com a família, homens e crianças, viver melhor e com respeito das diferenças, por meio da compreensão que heterogeneidade não implica em desigualdade ou inferioridade.

O MST está articulado na América Latina com outras redes e movimentos do campo, como é o caso da Via Campesina. Na sua opinião, qual a importância de se trabalhar com um olhar para a dimensão regional?

Os povos da América Latina ao longo dos séculos da colonização e domínio Europeu sofreram com a exploração e dominação imposta pelas metrópoles mercantilistas. Para nós, coube trabalhar como mão-de-obra barata e escravos e disponibilizar as nossas riquezas naturais. Vários povos foram massacrados e arrancados de suas terras para satisfazer a especulação dos colonizadores. É importante destacar que muitos dos povos preferiram morrer do que se dobrar ao colonizador. Muitas lutas foram travadas e sangue derramado na defesa do nosso continente. É importante para nós trocarmos experiências das lutas atuais das organizações vinculadas à Via Campesina, que vem sendo travadas em cada país e em nível continental. Queremos aprender com a luta dos nossos antepassados latino-americanos, tanto do ponto de vista da resistência popular assim como das iniciativas bem sucedidas ao modelo imposto e transportado pelos imperialistas. Daí a



importância de olharmos para América Latina como espaço, território dos povos latino-americanos que desejam construir um continente mais justo, com novos valores, igualdade, fraterno e soberano. Precisamos reconstruir nosso continente com respeito às especificidades histórico-cultural de cada povo e de cada país, com o princípio da soberania nacional e participação popular.

Quais os riscos da expansão da soja na região amazônica e dos chamados "desertos verdes" para um modelo de Reforma Agrária e Agricultura Familiar Sustentável?

O modelo de produção agroexportador, do qual faz parte o chamado agronegócio, é inviável para o desenvolvimento regional brasileiro. A monocultura da soja, eucalipto, cana, algodão, entre outros itens valorizados no mercado internacional, não tem sustentação nem do ponto de vista econômico, quanto mais do ponto de vista social e ambiental. Os incentivos do governo ao agronegócio estão contribuindo para o fim da rica biodiversidade do Brasil. Com isso, futuramente teremos sérios problemas ambientais e sociais. É o caso da empresa Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul e Espírito Santo, onde se verificou que após a instalação da indústria aumentou a prostituição e

# "Precisamos reconstruir nosso continente com respeito às especificidades histórico-cultural"

a miséria em torno da grande fábrica. Outro caso é o da soja no Rio Grande do Sul, onde foram extintos praticamente toda a vida animal e vegetal nativa, devido ao uso intensivo de fungicidas. Entre outros casos como esse, tem o da cana na região de Ribeirão Preto e do eucalipto em Minas Gerais. Hoje no Brasil temos aproximadamente 17% da população brasileira vivendo no meio rural. Com o avanço da monocultura, como cana e eucalipto sobre as terras agricultáveis, vai acontecer a aceleração do êxodo rural. As monoculturas altamente mecanizadas não geram empregos nem distribuem renda. Além disso, os especuladores da terra não respeitam o meio ambiente e as leis ambientais, não respeitam os povos originários de cada bioma e de cada cultura. Portanto, o avanço do agronegócio além de causar diversos problemas para a sociedade brasileira, impede que as terras agricultáveis brasileiras sejam destinadas para fins de Reforma Agrária e agricultura familiar, que geram empregos, distribuem renda e produzem mais de 70% do alimento que vai à mesa do povo brasileiro.

Sem celebrações completam-se 15 anos do bloco MERCOSUR

# Mercosul de etiqueta ainda que sem festejos

O POR CARLOS MONTERO

Correspondente da Radio Nederland para o
Mercosul e a ALCA, e editor regional de

LA SINTESIS ECONOMICA em www.sintesis.com.py

o Paraguai ou Uruguai chamam 'championes' e no Brasil 'tennis' ao que na Argentina denominan 'zapatillas deportivas', mas nestes quatro sócios do Mercado Comum do Sul não necessitamos que alguém nos traduza o que significa "quedarse con los championes puestos y sin jugar" ("ficar com os tênis colocados mas sem jogar"). Nem houve para o aniversário camiseta da seleção unida do MERCOSUL, como prometeu Chacho Alvarez, titular do Comitê de Representantes do bloco.

É que ao completar quinze anos daquele 26 de março de 1991, em que assistimos como enviados no anfiteatro do Banco Central do Paraguai à assinatura do Tratado de Asunción, os governos signatários não puderam colocar o vestido de noiva para celebrar juntos ao ritmo do 'vals de los 15', depois de uma temporada de pontes cortadas.

Depois da suspensão das celebrações previstas em Buenos Aires pelas previsíveis ausências de vários protagonistas, sob o comando da semestral presidência pro têmpore argentina do bloco que culminou no 21 de julho em Córdoba, os presidentes ficaram vestidos na etiqueta sem dançar. Pior ainda se fosse um MERCOSUL só etiqueta, mas sem a substância do que diz ser.

Não é mercado comun o que postulou completar a zona de livre comércio intraregional em 1995 e ainda não o conseguiu uma década mais tarde com áreas excetuadas como açúcar, automóveis, informática o maquinárias, junto a ítems sob salvaguarda a qual prevê o novo MAC (Mecanismo de Adaptação Competitiva) que nos 'MACdonaliza'.

projetos que satisfaçam seus "interess comuns", sobre os quais construir a pa a integração para competir com o resto globo e não pelo quintal.por la chacra.

Recordo quando o denominado 'Mis Mercosul', o chefe de negociação brasile e ex ministro da Industria José Botafo Gonçalves, nos convocou com urgência

Não é mercado comun o que começava sua união aduaneira em 1995 com uma proteção à entrada de bens extraregionais chamado Arancel Externo Comun (AEC),

o Paraguai ou Uruguai chamam que uma década despois está "mais piones' e no Brasil 'tennis' ao que na perfurado que um queijo", como nos ina denominan 'zapatillas deportivas', admitiu o secretário geral da Associação estes quatro sócios do Mercado Latinoamericana de Integração, Didier do Sul não necessitamos que Opertti, na costa montevideana.

Sigo caminhando pela rampa as cinco quadras entre a ALADI e a sede do MERCOSUL, passando no meio diante da embaixada dos Estados Unidos com meu chimarrão uruguaio, com bombinha argentina, erva paraguaia e garrafa térmica brasileira. À noite, barnizada pela brisa forte do Río de la Plata, cruzo com o secretário técnico do bloco, o ex-viceministro paraguaio José Buttner.

Recordando juntos a bahia de Assunção, onde fui correspondente 8 anos e meio para agências internacionais e fundei LA SINTESIS ECONOMICA MERCOSUR, Buttner me conta seu entusiasmo em promover —deste posto chave— a complementação produtiva de empresas vizinhas do mesmo produto para apontar a terceiros mercados.

no 21 de julho em Córdoba, os presidentes ficaram vestidos na etiqueta sem dançar. Pior ainda se fosse um MERCOSUL só etiqueta, mas sem a substância do que diz ser.

Não é mercado comun o que postulou completar a zona de livre comércio intraregional em 1995 e ainda não o conseguiu uma década mais tarde com áreas

Recordo quando o denominado 'Mister Mercosul', o chefe de negociação brasileiro e ex ministro da Industria José Botafogo Gonçalves, nos convocou com urgência à embaixada do seu país em Assunção para confiar-nos já, ao final do século, que a expansão do comércio só dentro do bloco havia alcançado seu teto em 1998. Que agora haviam que direcionar para exportar

juntos mundo afora.

Mas se travou em novembro a Área de Livre Comércio das Américas com os Estados Unidos, lançada em Miami em dezembro de 1994; o Acordo Biregional com a União Européia, lançado em Madrid em dezembro de 1995, não cegou em Viena em maio; nem a Ronda Doha? conseguiu em dezembro em Hong Kong desenterrar a Organização Mundial de Comércio da arena de Cancún, pelo que voltará a se convocar na metade deste 2006, em busca de um compromisso donde será vital a cúpula do G-8 em San Petersburgo.

Em Bruxelas, o chefe da desk MERCOSUL da UE se enfadou ante o nosso questionamento por seus subsídios e nos perguntou de que servia a liderança do Brasil no bloco: "só para travar, mas não para pactuar tratos regionais que abram comércio?" perguntou, em referência ao G-20 na OMC.

Como afirmávamos em reportagem para Radio Nederland, o MERCOSUL passou de ser visto como a atrativa "menina bonita" (denominação na loteria do número quinze) para tornar-se o "menino problemático" (às vezes odioso como o duplo zero na roleta), tanto no aspecto externo como no interno, com pontes bloqueadas Argentina-Uruguai e Brasil-Paraguai. Cada sócio grande vê ao vizinho menor como uma província ou um estado a mais.

Assim no último ano não só não somos um mercado comun, nem união aduaneira, nem zona de livre comércio, e sim retrocedemos a uma etapa pré-acordos bilaterais, violando o livre trânsito de pessoas, bens e fornecimento energético. Seremos etiqueta confiável ou faremos que ninguém acredite que sua inversão será respeitada se a coloca no Cone Sul?

Ilustração: Charlie Garcete

menture cett U14